

Projeto Político-pedagógico da Economia Solidária
Elementos de contribuição à V Plenária Nacional de Economia Solidária

Agosto, 2012



"Cirandeiro, cirandeiro ó

Rede e solidariedade, não se faz de uma mão só!

Vou construindo uma rede solidária

Que vive o sonho de uma vida melhor!

A rede cresce no sonho da liberdade

Que une nossas utopias, vidas, mãos e corações!

Essa ciranda não é minha só, ela de todos nós, ela é de todos nós!

A utopia é que nos uniu, para viver e cantar o sonho em uma só voz.

Para esta ciranda,

Juntamos mãos com mãos.

Unimos sonho e vida,

Na força da ação."



Apresentação

“Rede e solidariedade não se faz com uma mão só.”

Entre os dias 10 a 12 de julho, em Porto Alegre-RS, aconteceu a Plenária Temática de Educação em Economia Solidária, com participantes das cinco regiões do Brasil. A Plenária foi organizada pelas instituições que implementaram nos anos de 2009 a 2012, os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES): CFES Sul – Unisinos, CFES Sudeste – Instituto Marista de Solidariedade, CFES Norte – UFPA, CFES Nordeste – UFRPE, CFES Centro-Oeste – ECOCUT e CFES Nacional – Cáritas Brasileira. Esta iniciativa junta-se à preparação da V Plenária Nacional de Economia Solidária organizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Participaram da Plenária Temática de Educação em Economia Solidária educadores-as indicados-as pelos coletivos estaduais, integrantes do Grupo de Trabalho de Educação e Cultura do FBES e representantes da UNISOL, Rede de Bancos Comunitários, Rede ITCPs e da Cáritas Brasileira.

A programação da Plenária Temática acompanhou o debate das dimensões da V Plenária Nacional de Economia Solidária: política, da ação e da organicidade. A contribuição da Plenária Temática foi apresentar os **Elementos Situacionais e Político-filosóficos do Projeto Político-Pedagógico (PPP)**, orientado pelos sete eixos da Dimensão Política da V Plenária. Por isso o texto traz as reflexões da Plenária Temática, com as elaborações dos CFES regionais para o PPP. O conteúdo conflui com a Dimensão Política. Sobre os Elementos Referenciais e Operacionais, apresentam-se as contribuições específicas desse evento para o tema Educação na V Plenária.

Ao final da Plenária Temática de Educação cantamos e dançamos a Ciranda da Economia Solidária. A música é a inspiração para a apresentação deste texto que busca contribuir com o PPP da Economia Solidária. Ela tem o ritmo popular, a poesia que liga realidade e utopia, coloca-nos de mãos dadas para afirmar que outra economia acontece.

A Plenária Temática de Educação foi mais um passo na caminhada da educação popular e da economia solidária. Assim como disse Freire, o nosso PPP deve ser concebido como algo inacabado, não devido à inconsistências, mas tal qual o ser humano, que uma vez consciente de seu inacabamento, abre-se para o mundo e por isso se educa todo o tempo (Sudeste).

Neste caminhar, nas páginas a seguir estão as contribuições para o PPP da economia solidária dentro do processo da V Plenária Nacional. Que o documento seja acolhido pelo movimento, debatido e aperfeiçoado com as contribuições da V Plenária Nacional, a partir da ação-reflexão-ação de cada educador-a/ trabalhador-a da economia solidária.

Sumário

<u>Nossa contribuição à V Plenária: Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós.....</u>	<u>5</u>
<u>Por que precisamos de um PPP?</u>	<u>5</u>
<u>Caminhos para a elaboração dos elementos para o PPP da economia solidária.....</u>	<u>6</u>
<u>O sonho de uma vida melhor: Elementos situacionais.....</u>	<u>7</u>
<u>A rede cresce no sonho da liberdade, que une nossas utopias, vidas, mãos e corações: Elementos</u>	
<u>políticos-filosóficos.....</u>	<u>11</u>
<u>Educação popular, autogestão e territorialidade: elementos referenciais.....</u>	<u>23</u>
<u>Unindo sonhos e vida na força da ação: Elementos operacionais.....</u>	<u>33</u>
<u>Nordeste.....</u>	<u>33</u>
<u>Norte.....</u>	<u>34</u>
<u>Sudeste.....</u>	<u>35</u>
<u>Centro-Oeste.....</u>	<u>38</u>
<u>Sul.....</u>	<u>39</u>
<u>Documentos referenciais.....</u>	<u>39</u>

Nossa contribuição à V Plenária: Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós

Este texto é fruto de debates ocorridos em todo o país, de atividades locais, estaduais, regionais e nacionais em diferentes momentos, pois sua elaboração foi permeada de leituras dos documentos da economia solidária e de escritos de muitos-as educadores-as populares.

O tema educação está presente nos diversos documentos do movimento de economia solidária: Carta de Princípios do FBES, Plataforma, relatórios das Plenárias, anais das Conferências de Economia Solidária, além dos documentos específicos das Oficinas Nacionais de Formação. Com a implementação dos CFES, entre 2008/2009, inicia-se o debate sobre a necessidade de elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP), que incluía consensuar se seria um documento para o projeto CFES ou uma contribuição para o movimento de economia solidária. No transcorrer dos encontros de educadores-as realizados por meio do projeto CFES este debate retornava, tornava-se recorrente, sendo percebido e necessitado, na medida em que os regionais e o nacional desenvolviam suas atividades. Assim, na Plenária Temática de Educação elaboramos, com base nos documentos regionais e nos acúmulos do movimento, elementos para o PPP da economia solidária, que integrará o processo da V Plenária Nacional, incorporando suas definições, na perspectiva de irmos avançando nos referenciais de educação para o movimento.

Por que precisamos de um PPP?

Entendemos o PPP como um instrumento teórico-metodológico que orienta e fundamenta um conjunto de ações pedagógicas. Neste sentido, tem como referência o reconhecimento da complexidade da realidade contraditória e desigual onde se situa a ação e participação dos-as envolvidos-as no processo educacional. Nele devem estar explícita a concepção política que têm educadores-as e educandos-as sobre a realidade e suas diferentes dimensões que devem ser enfrentadas e superadas numa perspectiva de transformação social. A ação pedagógica portanto, deve contribuir para a construção desse ideal político e filosófico no PPP:

- que seja dinâmico e em permanente processo de construção,
- que busque a construção coletiva considerando as demandas existentes,
- que tenha organicidade e objetividade,
- que seja avaliado e monitorado e que contribua para uma prática educativa e formativa,
- que respeite a realidade, a diversidade, a pluralidade, as potencialidades e as necessidades,
- que tenha fundamentos políticos e filosóficos,
- que estimule mudanças transformadoras, culturais e sociais em prol do desenvolvimento sustentável das populações pela inclusão, reflexão e reconstrução de valores,
- que tenha ações transformadoras com intencionalidades bem definidas,
- que tenha método com enfoque político (que sociedade queremos?) pedagógico, (educação popular) e participativo (construída coletivamente com todos os atores envolvidos direta e indiretamente).

Um projeto educativo pode ser tomado como proposta frente a determinadas rupturas e no campo da economia solidária, nosso projeto político-pedagógico se direciona para a ruptura/ superação do sistema capitalista. As propostas expressas no PPP tornam visíveis os campos de ação possível, gerando um compromisso entre seus/ suas atores-atrizes e autores-as (GADOTI, 1994, p. 579). (NE) O PPP é um instrumento de reflexão e organização da ação político-pedagógica das-os

educadoras-es por: *a)* orientar as nossas intervenções e *b)* organizar nossas ações e ideias. E a orientação para o futuro está relacionada com as próprias dinâmicas dos coletivos/ rede de educadoras-es que passaram a se organizar de 2009 em diante.

No debate estabelecido nos encontros do CFES Nacional definiu-se que a construção do PPP expressaria o olhar sobre a sociedade que vivemos, a concepção de sociedade e educação que defendemos a partir da economia solidária, as ações e organicidade dos-as educadores-as para implementação das propostas de sociedade/ educação. Em maio de 2010 ocorreu um Seminário Nacional, onde os CFES Regionais e o Nacional junto com educadores-as do país definiram estas linhas do PPP, sendo que esta pauta retornou em outras atividades nacionais antes da realização da Plenária Nacional.

Portanto, diante dessas questões, fica explícito a necessidade, em todas as regiões, de um PPP que atendessem a esse conjunto de necessidades.

Caminhos para a elaboração dos elementos para o PPP da economia solidária

Para a realização desta Plenária Temática de Educação em Economia Solidária houve uma caminhada anterior. Já nos primeiros escritos da articulação da economia solidária no Brasil, na I Plenária Nacional de Economia Solidária, são indicadas ações importantes para este tema, como, por exemplo, a criação de espaços específicos para desenvolver a educação em economia solidária. As plenárias do movimento posteriores tinham entre seus eixos, igualmente, a educação. Da III Plenária, apresenta-se a Plataforma da Economia Solidária tendo entre os eixos a questão educativa e construção do conhecimento.

Na organização do FBES foi constituído, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Grupo de Trabalho de Educação. Este grupo realizou em 2005 e 2007 a I e II Oficina Nacional de Formação/ Educação, respectivamente. Estas Oficinas permitiram que diferentes experiências dialogassem e identificassem as bases orientadoras da educação em economia solidária.

Nesta trajetória de Plenárias, Oficinas, do Grupo de Educação e Cultura, que o CFES foi sendo gestado. Em 2007, ao ser lançado o edital do CFES e em 2008, ao estar para iniciar este projeto, o movimento contribuiu diretamente para orientar as ações que viriam a ser desenvolvidas.

Em 2009, ao iniciar o projeto CFES, o Conselho Gestor passa a discutir a necessidade da construção de um PPP. A experiência do CFES Nordeste contribuiu muito neste debate, uma vez que já tinha elaborado seu documento a partir do Conselho Gestor do CFES NE.

No início de 2010, durante o Fórum Social de Economia Solidária, o CFES Nacional realizou a III Oficina Nacional de Economia Solidária onde se iniciou o debate nacional do PPP, elaborando um documento inicial.

Nas reuniões do Conselho Gestor do CFES Nacional as socializações das discussões regionais sobre o PPP perpassaram suas pautas, permitindo que nacionalmente se acompanhasse as reflexões e se percebesse como viria a ser a Plenária Temática. As socializações em reuniões e no início da Plenária Temática mostram que nas regiões, diferentes caminhos foram trilhados para a elaboração do PPP.

No Centro-Oeste, inicialmente se fez a reflexão dos conceitos e da proposta formativa construída coletivamente pelo movimento de Economia Solidária em oficinas nacionais de formação, nas plenárias nacionais e nas conferências. Num processo participativo e elaborado em várias mãos, com idas e vindas do local para o estadual e regional, para o qual se afirma que a discussão foi mais rica do que o próprio resultado.

No Nordeste, também se retomou os acúmulos da economia solidária e de outros movimentos sociais sobre educação. O debate se iniciou com a reflexão: *Quem são os sujeitos da economia*

solidária, como vivem e se organizam? A elaboração se deu com mais de 40 organizações do nordeste, tanto da economia solidária quanto de outros movimentos sociais que foram as co-proponentes do CFES NE. Em maio de 2010, o Conselho Gestor do CFES NE, com representantes dos Fóruns Estaduais, deu as orientações políticas e concluiu o texto.

No Sudeste, para promover a participação de todos os envolvidos na elaboração do PPP, ocorreram atividades formativas regionais/estaduais e grupos de trabalho, que constituíram-se como importantes espaços de reflexão, favoreceram o acolhimento dos diversos olhares acerca do tipo de educação que temos como referência para o movimento de economia solidária. Buscou-se contemplar tudo aquilo que parecia pertinente a um Projeto Político-Pedagógico: cartas, dinâmicas, falas e tudo mais que poderia contribuir como subsídio para nossa reflexão e construção coletiva. Deste processo, produziu-se um Almanaque Tecendo os fios do PPP.

O CFES Norte realizou atividades em cada estado - encontros pedagógicos estaduais, no sentido de viabilizar as discussões sobre o PPPP nacional, objetivando a construção de um documento referencial para subsidiar e nortear os processos formativos, com vista a contribuir com o documento nacional. Essa construção levou em consideração as especificidades amazônicas, tentando responder às demandas formativas dos empreendimentos, das entidades de assessoria e fomento e também dos gestores públicos da região amazônica.

O CFES Sul iniciou em 2010 as discussões sobre PPPP em atividades formativas tanto estaduais como regionais. Primeiramente tomou como base a sistematização da oficina nacional de PPP (2010), porém, notando-se dificuldades e limitações no processo, a estratégia foi trabalhar elementos com a finalidade de resgatá-los e elencá-los em eixos que fossem discutidos em um seminário regional. A realização do seminário regional sobre PPPP em maio de 2012 permitiu revisitar os acúmulos trabalhados nas formações (economia solidária, educação, educador/a, sistematização, integração de políticas públicas, autogestão da pedagogia), para, assim, definir as contribuições para o PPP da Economia Solidária.

Os diferentes caminhos feitos pelas regiões trazem a diversidade de práticas, de estratégias e de percepções que formam o nosso país e o movimento de economia solidária. As contribuições das regiões revelam que o Norte e o Sul chamaram o processo de Projeto Político Pedagógico Participativo (PPPP), que o Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste produziram PPP regionais e o Norte indica que os debates estaduais sinalizaram a necessidade de cada estado elaborar o seu PPPP, no Sul a elaboração direcionou-se para a contribuição ao PPP Nacional. Também é possível identificar que no Norte e Nordeste a orientação para o projeto CFES esteve como foco da elaboração. Toda esta diversidade se encontrou na Plenária Temática de Educação, onde para começar ouvimos o que cada região trazia para depois olharmos os documentos do movimento e aprofundar o debate em torno da conjuntura/ contexto, nosso projeto político, nossa proposta educativa e as ações que nos propomos enquanto educadores-as.

Como se percebe, para elaborar os elementos para o PPP da economia solidária buscamos não “reinventar a roda” (como dito no Almanaque do Sudeste), pois o movimento já produziu muitas afirmações e indicativos de educação em economia solidária, e as referências de Paulo Freire, Carlos Brandão, Pistrak, Makarenko, Reich, Gramsci nos ajudaram a reafirmar a opção por uma educação popular libertadora.

E, vale lembrar a dica do Sul para os próximos passos do PPP: além de utilizar uma linguagem acessível, é preciso que seja comunicado e divulgado em produtos que contemplem todos os níveis de escolaridade e de diferentes maneiras: como impressos, áudios e vídeos.

O sonho de uma vida melhor: Elementos situacionais

A elaboração dos elementos situacionais para o PPP tem por base as contribuições que cada região trouxe para a Plenária Temática, debates em grupos sobre o atual contexto dos temas da Dimensão Política da V Plenária e uma síntese elaborada por Alzira Medeiros.

Fazer a análise de nossa conjuntura nos coloca frente à realidade e como disse Freire (2011), “sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho”.

“Nenhum movimento social sozinho dará conta da tarefa de fazer o embate ao sistema atual. Somente articulados teremos alguma possibilidade de transformação”

Na atual conjuntura...

- Estamos enraizados em uma cultura opressora, na qual a saúde é tratada como mercadoria, a educação é sucateada, movimentos sociais são marginalizados por políticas partidárias, recursos naturais são explorados por políticas econômicas internacionais e a força de trabalho de homens e mulheres são alienados a uma cultura de trabalho capitalista.
- Há diferentes projetos políticos existentes no contexto que revelam a complexidade do momento histórico:
 - Existe um bloco político cujo alinhamento se dá diretamente aos interesses dos EUA e das grandes corporações em torno do México, Colômbia e Chile
 - Há alianças que se desenham na América Latina que se expressam via o Equador, Bolívia e Venezuela.
 - O Brasil um papel diferenciado no cenário mundial e na América Latina em torno do Mercosul:
 - O poder do agronegócio e do sistema financeiro tem se expandido sob a orientação das políticas do Estado Brasileiro que visa criar um novo ciclo de acumulação do capital via o desenvolvimentismo.
 - No Brasil, a estratégia desenvolvimentista via Estado implantou o modelo que tem como base a exploração dos recursos naturais, processo que provocou várias crises ambientais. Nos últimos 30 anos, a pecuária extensiva, as monoculturas e a abertura de estradas destruíram boa parte do cerrado, no Centro-Oeste, sendo que menos de 2% deste bioma está protegido em parques ou reservas.
 - O uso de agrotóxicos na produção de alimentos se amplia, destruindo terras, águas e causando doenças. Como lembra o PPP do Centro-Oeste, uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Mato Grosso, mostrou que em Lucas do Rio Verde/ GO mulheres moradoras da região estavam com agrotóxicos no seu leite materno.
 - Comunidades indígenas e quilombolas sofrem com as frequentes invasões de seus territórios, sendo expulsos pelos latifúndios, monocultura, exploração dos bens naturais locais e megaprojetos.
 - Os grandes projetos da construção civil em obras de infra-estrutura com destruição dos recursos naturais estão se dando em nome da criação de “empregos” e de desenvolvimento “sustentado”. Às vezes pela expansão do turismo e da especulação imobiliária no nosso litoral; pela construção das usinas e barragens, como Belo Monte; no estaleiro e Porto de Suape, na transposição do Rio São Francisco entre outros.
- A mídia massiva, ligada às grandes agências internacionais de comunicação, é um dos pilares de reprodução do pensamento e a ideologia hegemônica.
- A justiça tem se vinculado aos processos de criminalização dos movimentos sociais.

Nossa força: economia solidária e movimentos sociais

- O movimento de economia solidária junto com outros movimentos sociais tem força de resistência e de articulação na luta anticapitalista. Nenhum movimento social isolado vai conseguir fazer frente à investida do grande capital e dos interesses políticos que se articulam no continente e no mundo.
 - A economia solidária precisa buscar os alinhamentos com outros movimentos sociais que expõem as contradições do modelo hegemônico e que surgiram nos enfrentamentos dos últimos anos, como a Via Campesina, a Marcha Mundial das Mulheres, o encontro da Cúpula dos Povos, entre outros.
 - Novos atores se somaram à construção da economia solidária. O encontro “Diálogos e Convergências” é um exemplo. Mas, é preciso avançar na construção de uma agenda comum que nos vincule a outras experiências de educação praticadas por outras redes e movimentos sociais.
- A cultura da autonomia e a construção de novos referenciais políticos e sociais tem dado mostra no Brasil e na América Latina: Precisamos aprofundar a compreensão que a construção econômica está profundamente vinculada à luta política no atual contexto. A economia solidária faz parte da resistência e alternativa ao que está estabelecido. Novas contradições e processos sociais e políticos criam novas possibilidades de alianças.
- A luta é contra a hegemonia neoliberal, de poderes patriarcais, da opressão e do preconceito para fazer germinar o bem-viver. Nesse sentido, a nossa luta enquanto movimento da economia solidária extrapola a luta por políticas públicas, pois o que estamos vislumbrando é a necessidade de transformação da sociedade.
- O embate contra o PL 865 foi de resistência e demonstração de força da economia solidária e contou com a solidariedade e cooperação de outros movimentos sociais. Mas, ainda temos uma frágil organização política dos empreendimentos da economia solidária.

Dimensão econômica/ emancipação econômica

- A atual conjuntura apresenta um aumento do trabalho assalariado, ainda que seja precário/temporário. Frente a isso, observamos pessoas deixando os empreendimentos para esta solução imediata que permita a sobrevivência. Ao mesmo tempo, há o movimento de camponeses em direção aos grandes projetos de construção civil e do agronegócio.
 - Esses novos empregos são muitas vezes temporários, o que limita as/os trabalhadoras-es de construir o bem viver ao longo da vida.
 - Isso está relacionado à dinâmica dessa nova onda desenvolvimentista que necessita de mão-de-obra barata.
 - Este é o mesmo projeto desenvolvimentista que apresenta a economia solidária no campo da inclusão produtiva que visa uma integração à economia hegemônica.
- Precisamos apagar a separação artificial entre economia e política que o pensamento liberal estabeleceu e afirmarmos que a ação política é intrínseca à própria existência da economia solidária que é praticada por trabalhadores-as que se organizam de forma coletiva e autogestionária.
 - A economia solidária é uma ação política porque questiona as relações desiguais que se produzem seja produção/comercialização, seja nas relações sociais culturais e sexuais.
 - A força da economia solidária é maior quando da associação entre empreendimentos e outros atores e movimentos sociais no território. Por isso, a importância estratégica de

sua organização territorial.

- Os processos de mudança cultural de um-a empreendedor-a individual para um coletivo são demorados e relacionam-se aos próprios enfrentamentos da vivência no seu cotidiano para produzir, comercializar e garantir seu estar no mundo e de seus pares. Esse processo é permeado de contradições objetivas (concretas materiais) e subjetivas.
- São os desafios centrais da educação em economia solidária neste contexto:
 - Como fazer para que brote uma outra cultura do trabalho e de novas relações sociais?
 - Como fazer emergir o reconhecimento da economia solidária enquanto força política?

Fragilidades

- Contradições que revelam as transformações que vivenciamos enquanto pessoas para rompermos com valores e práticas que teimam em permanecer.
 - Lidar com os conflitos interpessoais dentro dos grupos: individualismo, egoísmo.
 - Limites com relação à preocupação com o ambiente no processo produtivo e no consumo pessoal/ institucional.
 - Centralização do poder.
 - Não está evidente a razão da competição interna ao movimento: Parece estar relacionada à permanência em postos/lugares sem sentido político. Assim, enquanto educadores-as é necessário enfrentar tais questões e exercitar a prática do diálogo e não o “deixar para depois”.
- Temos a resposta para enfrentar estas contradições: buscar viver e praticar o que defendemos, somos seres capazes de auto-reflexão e acreditamos na mudança. O exemplo, a vivência é mais educativo do que muitas palavras e discursos.
- Não há acúmulo sobre a temática da diversidade: A diversidade não pode ser tratada de forma isolada, mas incorporada ao conjunto das temáticas.
 - A formação na economia solidária não contempla as diversidades e não traz os acúmulos dos movimentos que atuam neste campo.
 - Dificuldade em reconhecer o trabalho doméstico e reprodutivo como fundamental à vida.
 - Os movimentos sociais da diversidade têm dificuldade de dialogar com a economia solidária? Ou a dificuldade é da economia solidária em dialogar com estes movimentos?
- A Economia Solidária está na agenda do governo com ações compensatórias voltadas para o enfrentamento da pobreza e miséria: Isso revela uma faceta do projeto político de setores da sociedade que querem construir ajustes as exclusões geradas pelo capitalismo.
- As políticas públicas de economia solidária são de governos e não de Estado, havendo a dependência da decisão política do gestor para implementação de ações de governo: As políticas são residuais e a participação nos conselhos existentes é frágil. As ações dos governos não conseguem promover os empreendimentos e as compras públicas são pouco acessíveis.
- Ausência de um marco legal, de recursos para a produção e de financiamento para a economia solidária.
- Dependência das iniciativas da economia solidária em relação ao mercado capitalista, seja para a comercialização, logística ou para o acesso à matéria-prima.

Fortalecemos-nos quando identificamos que:

- Autonomia e autogestão são produtos de uma relação entre os seres humanos, da busca constante através do trabalho para uma autodeterminação dos indivíduos e das organizações;
- O acúmulo das discussões e a nossa prática nos fortalecem, alimentam nossas relações a partir da confiança, da cooperação e do compartilhar de experiências e saberes.
- Avançamos na educação não-formal ao criarmos novas dinâmicas nos últimos anos que favorecem a reflexão e produção de conhecimentos em torno da economia solidária.
- Ao estimular a importância da construção da autonomia, estamos contribuindo para a reflexão dos sujeitos sobre a sua própria condição de vida e seu lugar no mundo.
- O FBES consolida sua autonomia e caminha com as próprias pernas. O cuidado é que autonomia é sempre relativa ou, dito em outras palavras, caminhar com as próprias pernas seriam as pernas de quem?

Formação e o papel dos-as educadores-as

- A educação que fazemos precisa incorporar as questões produzidas a partir da análise de conjuntura, sendo papel das-os educadores-as contribuir no fortalecimento da economia solidária, buscando trazer reflexões desde as inquietações cotidianas relacionando-as aos problemas referentes à lógica excludente do modelo hegemônico.
 - A formação política se dá no enfrentamento diário.
 - A educação é processo contínuo e não apenas eventos formativos.
 - O/a educador-a é um agente político a partir do chão de trabalho e de vida.
 - No processo, precisamos discutir e clarear a relação dos coletivos de educadoras-es com os fóruns de economia solidária.

A rede cresce no sonho da liberdade, que une nossas utopias, vidas, mãos e corações: Elementos políticos-filosóficos

A resistência a situações de exploração, opressão e negligências aos direitos estão presentes na história dos povos em todos os períodos. No Brasil, a resistência indígena, quilombola, das comunidades ribeirinhas e outras por garantir a sua terra, a vida e suas relações de reciprocidade está presente nos nossos dias. Desde outros tempos estes povos lutam, assim como lutaram aqueles-as que estavam em Canudos, Caldeirão e em outras resistências onde a organização da vida comunitária e autogestionária esteve acima dos interesses do capital.

A economia solidária tem suas origens nestas resistências, nestas vivências da solidariedade, cooperação e autogestão. Por isto, se junta à luta dos povos pela vida em todas as suas formas, pelo cuidado com as pessoas e outros seres desde o território. Nesta perspectiva construímos nosso projeto político.

Carta de Princípios da Economia Solidária

A Carta de Princípios da Economia Solidária foi construída em junho de 2003, na ocasião da III Plenária Nacional da Economia Solidária, contando com a presença de 18 estados brasileiros.

Segue um trecho da carta:

“A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos as-os cidadãos-os da Terra, seguindo um caminho intergeracional

de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

1. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo. E isso requer a solidariedade entre as/os cidadãs/os do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.”

“Não basta apenas estar na economia solidária, é preciso viver a economia solidária.”

Coletivo de Roraima

Desde o Nordeste vem a afirmação de que na luta de resistência e pela sobrevivência nos anos 1980, os setores populares constroem novas estratégias socioeconômicas articuladas às lutas por direitos sociais no processo de redemocratização do Brasil. O movimento pela reforma agrária, por exemplo, ganha novos atores com o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST), e a criação, posteriormente, de novas organizações de representação no meio sindical rural com as a FETRAF. Data deste período, nos finais dos anos 1980, os primeiros estudos que evidenciam os sinais de construção de uma outra economia: a economia de solidariedade – no Chile por Razeto; a economia dos setores populares nos estudos de Gaiger, no sul e de Gabriel Kraychete, no Nordeste. Assim é que Singer começa a utilizar a nomenclatura “economia solidária” para dar identidade a um conjunto de expressões de um fazer econômico com base na cooperação em torno do trabalho e não para favorecer o produtivismo no modelo de acumulação do capital.

Quer dizer, uma outra economia já acontece: uma forma de viver a cooperação e solidariedade entre os/as trabalhadores/as e ousa gerir autonomamente a produção e as relações desde o território. Como afirma Brandão, na contribuição à elaboração da Região Sudeste, enquanto dura o reinado dos imperadores-capitalistas, enquanto dura a opressão de uma classe sobre outra, enquanto dura a desigualdade social... reina no “lado esquerdo do peito” o desejo de mudança, o desejo de justiça... Enquanto isso, militantes dos movimentos sociais, entre eles os da Economia Solidária, como “formiguinhas” buscam construir “um outro mundo possível”, vivenciando, apoiando e fomentando organizações coletivas, autogestionárias e democráticas. Nosso objetivo é, no dia a dia, praticar formas de produzir, consumir e viver com maior distribuição de riquezas e direitos. Não nos cansamos de tentar contrariar a lógica perversa do sistema capitalista. Queremos viver plenamente o direito de produzir a vida associativamente. Enfim, queremos plantar muitas sementes e colher os frutos de uma sociedade justa e igualitária.

Hoje em dia, ao longo do mundo inteiro, pessoas, famílias, movimentos sociais, comunidades, povos questionam o valor real de uma vida centrada no único caminho que o mercado do mundo dos negócios nos aponta: aquele que na volta conduz o produtivista e, na volta, o consumista. Em todos os cantos do mundo começam a repensar e reviver palavras e práticas como a simplicidade, a

solidariedade e a sustentabilidade. Algo que nasce “de baixo para cima” e “da periferia para o centro”. E algo que nos desloca de dilemas, de apelos e de conquistas que escapam de uma “política dos outros”, para uma “ética de nós mesmos”.

A partir da nossa prática que vamos construindo nosso projeto político e a partir dos acúmulos que já temos: Carta de Princípios, Plenárias Nacionais e das Conferências de Economia Solidária. Os elementos apresentados a seguir são parte dos debates da Plenária Temática de Educação e, também, das elaborações regionais tendo como olhar os temas da Dimensão Política da V Plenária.

Diversidades

Gênero, raça, etnia, povos tradicionais e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade e egressos do sistema prisional e da saúde mental

Na I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária afirmamos que “os processos educativos/formativos têm como princípio e, ao mesmo tempo como horizonte, os valores e práticas da Economia Solidária. Economia esta que existe não apenas como projeto de novas relações econômicas e sociais, mas também como realidade construída e reconstruída, cotidianamente, pelos sujeitos que a constituem. Inspirados na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção da vida, o ponto de partida dos processos educativos/formativos é a ação solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independentemente de suas condições de gênero, etnia, religiosidade ou cor de pele.”

As produções regionais reafirmam

- Entendemos que a economia solidária não será a “redentora da humanidade”, mas estamos certos de que o exercício da autogestão do trabalho e da vida social pode contribuir para a não hierarquização sexual do trabalho entre homens e mulheres. Práticas de trabalho associado e autogestionário podem favorecer o empoderamento de mulheres e homens rumo a uma sociedade em que qualquer performance de gênero seja acolhida, e não discriminada.
- A educação em economia solidária precisa considerar a pessoa e as suas múltiplas dimensões da vida:
 - Intrapessoal: a pessoa e a relação com ela mesma, sua autopercepção.
 - Interpessoal: a pessoa e relação com os outros afetividade, a sexualidade
 - Cultural/mística/étnica e religiosa
 - Política: a pessoa, o grupo e relação política que estabelece a partir da consciência de classe.
 - Capacitação técnica: capacidade de coordenação, reflexão, consciência, crítica, elaboração do pensamento.
- O processo formativo em Economia Solidária deve trabalhar na perspectiva da inclusão das pessoas com necessidades especiais: cadeirantes, pessoas com transtornos mentais, visuais, reeducandos do sistema prisional etc. capacitando educadores-as para atuarem como agentes ativos na formação e na prática de Economia Solidária.
- A educação em economia solidária deve se considerar as questões de gênero, homem, mulher e orientação sexual, e trabalhar estratégias que possibilitem romper com a cultura machista e homofóbica construídas ao longo da história.
- A educação em economia solidária deve valorizar os saberes locais, para transformação dos

sujeitos, reconhecendo os valores culturais e regionais das identidades locais.

- São considerados elementos constituintes das práticas educativas, a defesa do respeito à vida em todas as suas dimensões e incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana, reconhecendo a busca da alegria, da felicidade e da liberdade individual e coletiva como direitos da pessoa, favorecem a redescoberta do sentido do fazer, o reencontro do prazer da criação, o resgate da cultura popular e a incorporação dos bens simbólicos, a música, a dança, o teatro, as artes plásticas e outras manifestações da cultura.
- Proposição: Os princípios da ES porque não dão conta do contexto atual, sendo necessário ampliá-los acrescentando respeito à diversidade.

Proposições da Plenária Temática para o eixo Diversidade

- Que a elaboração do eixo “diversidade” esteja de forma transversal nas elaborações dos outros eixos.
- Aprofundar os debates com os movimentos que levantam as bandeiras da diversidade a fim de entender as especificidades e tratar ou detalhar melhor os temas.
- A formação com os empreendimentos da economia solidária e da Rede de Educadoras-es precisa incorporar o tema da diversidade.
- Inclusão das pessoas com necessidades especiais e a saúde mental na economia solidária.
- Indicativo de políticas públicas: edital voltado ao turismo étnico e para apoio ao etnodesenvolvimento para todas as etnias; apoio às feiras temáticas

A Carne

De Seu Jorge, Marcelo Yuca & Wilson Capellette

Mas mesmo assim

Ainda guardo o direito

De algum antepassado da cor

Brigar sutilmente por respeito

Brigar bravamente por respeito

Brigar por justiça e por respeito

De algum antepassado da cor

Brigar, brigar, brigar

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Território e Territorialidade

Os processos educativos têm como princípio e, ao mesmo tempo como horizonte, os valores e práticas da Economia Solidária, conforme a Carta de Princípios construída pelo FBES. A economia solidária tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem, em um espaço dado, num território. Fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção e reprodução da vida, portanto, o ponto de partida dos processos educativos é a prática solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, considerando as desigualdades de gênero e raça-etnia existentes e respeitando as diferenças de geração e religiosidade.

As produções regionais reafirmam

- Percebemos que não podemos conceber e praticar a economia solidária sem estabelecer de fato uma articulação com esses atores que estão ligados à questão da água e da terra. Esse pano

de fundo necessita ser colocado para a discussão sobre a economia solidária. Percebemos, desta forma, uma heterogeneidade sócio-territorial que caracteriza cada região do país que desafiava a proposta pedagógica em economia solidária. Considerando a heterogeneidade na composição da economia solidária e a diversidade socioterritorial, chamamos a atenção para a importância do território, pois nele se evidenciam as experiências e as relações que estão se construindo e (re) constituindo de economia solidária coloca-se a importância da relação entre o espaço urbano e o rural, os quais nos últimos anos têm sofrido impactos profundos.

- O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” Esse entendimento pode ser complementado com a proposição de Souza (1995, p.78-79) de que o território deve ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou seja, ele é “essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”
- Os princípios de rede e território apontam ainda para o estabelecimento de um processo de intersetorialidade e complementaridade, tendo como estratégia a realização de ações que se articulem com outras ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: assessoria, incubação, assessoria técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à economia solidária, crédito e finanças solidárias, etc.
- Pensar a política territorial é ir além de pensar os territórios atualmente organizados através das ações do MDA, outros ministérios, estados, municípios, organizações sociais e que movimentos sociais têm se organizado a partir da dinâmica territorial. Assim quando se discute a educação em economia solidária é importante, considerar a territorialidade produzida pela articulação do movimento em diálogo com as demais políticas e movimentos sociais que propõem diferentes organizações de base territorial muitas vezes com os mesmos grupos de pessoas.
- O processo de sistematização deverá ser coletivo, a partir da realidade local, para levar ao desenvolvimento e valorização da vida, na produção coletiva do conhecimento, construindo elementos que contrapõe o sistema capitalista excludente.
- A sistematização precisa ser coletiva, para contribuir com o desenvolvimento local e a valorização da vida. Sistematizar para auxiliar na análise da própria realidade, contribuindo com a organização do próprio grupo.

Proposições da Plenária Temática para o eixo Território e Territorialidade

- O espaço enquanto lugar de criação de identidades (cultural, social e política), espaço do enfrentamento do cotidiano, dos fluxos (de consumo – produção) e de enfrentamento.
- É no território que ocorre o reconhecimento dos laços afetivos de vizinhança e de solidariedade: é espaço de construção das identidades e da construção da relação entre o urbano e o rural.
- Espaço de uma política social, cultural econômica.
- Valorização da cultura, dos saberes, das experiências locais e das linguagens: relações presentes nos territórios.
- Devemos incorporar as contribuições da educação do campo e da educação ambiental e articular a economia solidária na perspectiva dos territórios temáticos e da cidadania.

- Desenvolver o sentimento de territorialidade na perspectiva da gestão, em articulação na base, com os movimentos sociais locais.
- Fortalecer, nos processos formativos, os vínculos com o território, com os lugares de vida e de referência dos empreendimentos.

Emancipação econômica e política dos empreendimentos da economia solidária – Autogestão e autonomia

A Plenária Temática de Educação, ao realizar os debates sobre os temas emancipação econômica e política dos empreendimentos da economia solidária e autogestão e autonomia identificou que estes estão diretamente relacionados e se complementam, pois a emancipação, a autogestão e autonomia são as práticas e princípios fundantes da economia solidária. Assim, sugerimos à comissão organizadora da V Plenária que orientasse a discussão conjunta destes temas.

“Nosso sonho (...) caminhada que nos leve a um projeto alternativo, que exige a transformação social pela autonomia e a emancipação dos sujeitos em busca de outra economia”

Texto da Região Sul

As produções regionais reafirmaram

- Sendo o movimento da economia solidária um movimento plural, valeu a diversidade. Claro que buscamos e, que bom, encontramos as nossas identidades! Sabemos, por exemplo, que todas-as trabalhadoras-es da Economia Solidária pertencem à classe trabalhadora. Porque não se tornaram patrões, esses-as trabalhadores-as trabalho: do trabalho associado e autogestionário.
- Embora as-os trabalhadoras-es da Economia Solidária pertençam à classe trabalhadora, o que distingue o nosso trabalho é o fato de ele ser emancipador, no sentido de contribuir para a libertação dos seres humanos. O que pressupõe a libertação das-os trabalhadoras-es da opressão das classes que são econômica e politicamente dominantes.
- No empreendimento não existe patrão ou empregado, ninguém manda mais do que o outro e todos têm espaço e oportunidade de dizer o que pensam e o que querem. Todos são sócios cooperados do empreendimento. Todas-os são donas-os dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho. Na concepção da economia solidária no empreendimento ninguém manda ou obedece, a assembleia dos sócios tomará todas as decisões. Esta prática não se restringe apenas a educação proposta para os empreendimentos, é uma proposta educativa para outra sociedade.

Autonomia: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético, e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

[A autonomia...] enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade.” (FREIRE, 1996,p. 121)

- Numa perspectiva revolucionária, ou seja, de revolucionar o modo de produção da vida social, é necessário que, desde já, comecemos a questionar os princípios burgueses, alterar os mecanismos de produção, quebrar a relação patrão-empregado, a fragmentação entre trabalho e natureza.

Não basta a disposição de consumir menos e possuir pouco. Tomada sozinha, esta escolha

pode desaguar em uma espécie de renúncia individual e até egoísta. Unir pessoas, aproximar experiências, expandir cooperativas e comunidades solidárias, criar redes, estender estas redes até que, a partir do meu bairro, um dia ela se some a outras para... “cobrir o mundo inteiro.” (Brandão, Almanaque do Sudeste)

- A Economia Solidária pode ser um germen de mudança das relações de trabalho, porém uma “revolução” requer muito mais. Acreditamos que, para ultrapassar os limites que nos impõe a sociedade capitalista, é necessário que haja uma articulação de nossas lutas.
- Nossas reivindicações não podem ser só econômicas, precisam abarcar o campo político para, de fato, promover o enfrentamento da luta entre trabalho e capital. Além disso, o movimento deve estar em constante diálogo, fomentando e nivelando o debate para que se chegue a uma velocidade comum que leve ao entendimento do caráter revolucionário do movimento, situando-o de forma estratégica na sociedade. É a partir desse amadurecimento e do questionamento que o movimento da economia solidária cresce.
- Solidariedade se expressa na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida e na superação do sistema capitalista.

“Ouçam cada grito dos povos do Brasil e América Latina e tenhamos novamente esperança de uma sociedade socialista, na qual nós trabalhadoras-es seremos sujeitos na construção da história neste país.” (Carta descrita na Almanaque do Sudeste)

- Autogestão contribui para que todas as pessoas envolvidas possam resgatar o sentido emancipatório do trabalho como produção humana emancipadora, afirmando sua autonomia enquanto sujeitos construtores de história e de cultura.
- As-os trabalhadoras-es como protagonistas do processo educativo: a educação deve considerar os-as trabalhadoras-es como sujeitos históricos. O processo educativo deve romper com a cultura do autoritarismo e paternalismo, devendo garantir a autonomia da pessoa, grupo e ou comunidade revendo elementos que foram impostos pela cultura do machismo e patriarcalismo e incorporados no sistema capitalista.
- Os processos educativos concebidos como processo de trabalho, promovem a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, entendidas como princípio emancipador das-os trabalhadoras-es. A educação em economia solidária tem como ponto de partida e chegada à autonomia das-os trabalhadoras-es contribuindo para o fortalecimento da emancipação coletiva.
- A economia solidária fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção e reprodução da vida, portanto, o ponto de partida dos processos formativo/educativos é a prática solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo. Orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, considerando as desigualdades de gênero e raça-etnia existentes e respeitando as diferenças de geração e religiosidade.
- A inserção e articulação em redes é um princípio educativo fundamental. O processo educativo tem como fundamento criar um espírito investigativo coletivo, capaz de envolver todos as-os envolvidos-as dos processos de educação, tanto para desvelamento do mundo como para busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Por não existir neutralidade nas relações econômicas e sociais e tampouco nas práticas educativas, a educação deve ser concebida como um ato político a favor da emancipação humana, constituindo-se em um espaço de lutas, contradições e disputas. Por

meio da ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações sócio-educativas, a autoridade do educador é validada na própria prática pedagógica libertadora. Para tal, é necessário o respeito à alteridade, ou seja, respeito ao outro em todas as suas diferenças.

- Outra estratégia das/os educadores/as está em se envolverem nos espaços onde se debate a educação sobre o tema soberania alimentar: levando o tema para atividades onde acontece a economia solidária; participando dos conselhos de soberania e segurança alimentar municipais, estaduais e nacional; estabelecendo articulação principalmente com os movimentos sociais do campo e da juventude como Movimento Sem Terra, dos Atingidos por Barragens, do Pequeno Agricultor, Mulheres Camponesas, Levante da Juventude, entre outros; bem como incidindo para a inserção do Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – PRONADES no PAA.
- A agroecologia enquanto prática pedagógica está fundamentada em um modelo alternativo de produzir e socializar conhecimentos. Pressupõe transformação da realidade, levando em consideração um novo projeto de desenvolvimento do campo que rompa com a lógica da monocultura, do latifúndio e das demais formas de exclusão. Para isso, torna-se necessária a quebra das estruturas econômicas, sociais e políticas de dominação que existem há séculos em nosso país. Essas iniciativas que visam recuperar os saberes tradicionais e os ciclos naturais de produção e da terra têm se organizado em redes e associações, como a Articulação do Semi-árido (ASA), por exemplo, e a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), com os quais devemos aprofundar nossa articulação.

Propostas da Plenária Temática para os eixos Emancipação política e econômica dos empreendimentos da economia solidária e Autogestão e autonomia

- Sobre a emancipação econômica, incorporar outras dimensões na agregação valor.
- Autogestão e autonomia são produzidas quando há relações simétricas-horizontais nos diferentes espaços da sociedade.
- Reconhecimento do trabalho coletivo autogestionário através da divulgação junto à sociedade.
- Fazer valer o marco regulatório de políticas públicas de economia solidária como política de Estado:
- Acesso aos editais de projetos, garantindo: formação, investimentos para infra-estrutura e custeios.
- Garantir aos empreendimentos de economia solidária acesso a formação continuada e a qualificação: Realizar oficinas técnico-políticas.
- Inclusão da temática economia solidária nas grades curriculares dos ensinos fundamental, médio e superior.

Internacional

*De pé, ó vítimas da fome
De pé, famélicos da terra
Da ideia a chama já consome
A crosta bruta que a soterra
Cortai o mal bem pelo fundo
De pé, de pé, não mais senhores
Se nada somos em tal mundo
Sejamos tudo, ó produtores
Bem unidos façamos
Nesta luta final*

*Uma terra sem amos
A Internacional
Senhores, patrões, chefes supremos
Nada esperamos de nenhum
Sejamos nós que conquistemos
A terra mãe livre e comum
Para não ter protestos vãos
Para sair desse antro estreito
Façamos nós por nossas mãos
Tudo o que a nós nos diz respeito
Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional
(Eugène Pottier - Do Almanaque do Sudeste)*

Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado

“Desejo um mundo muito mais solidário e justo para todas as pessoas, onde os movimentos sociais serão ouvidos e onde a política pública vai ser emancipatória, e não apenas pontual e assistencialista, onde a economia solidária vai ser praticada maciçamente em todos os lugares, sendo respeitados os seus princípios.”

Carta descrita no Almanaque do Sudeste

As produções regionais reafirmam

- São de fundamental importância políticas públicas com controle social, generalizadas por todo o país, criando redes de municípios, com prefeituras que se comprometam com o poder popular.
- De acordo com Praxedes (2009), as políticas públicas de economia solidária devem voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária não demanda apenas ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos de várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, crédito, financiamento, entre outras), para criar um ambiente propulsor da emancipação e sustentabilidade. Além da relação direta com a sociedade civil para tomada de decisões, compreende que é fundamental o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações das/os trabalhadoras-es, longe das práticas tuteladas do Estado e das cooperativas burocratizadas.
- Para desenvolver um projeto político pedagógico de envergadura é preciso que no âmbito político institucional:
 - o Estado seja capaz de manter e ampliar os direitos universais das/os trabalhadoras-es,
 - Soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações, particularmente da América Latina,
 - A democratização dos fundos públicos e do acesso às políticas públicas.
 - Avançar com novas regras de direitos e de regulação em benefício do trabalho associado.
- Importância da reestruturação de Leis, como a de Licitações (8.666/93) para que os empreendimentos da economia solidária possam participar das licitações para compras públicas, bem como garantir a participação da economia solidária na elaboração de editais

como uma construção que parte da realidade local, da base.

- A política pública nacional de educação em Economia Solidária deverá promover a articulação das ações e o processo emancipatório por meio do fortalecimento: dos empreendimentos econômicos solidários e de seus sócios; do movimento de economia solidária; a incorporação da economia solidária na agenda do país e implementação de programas de apoio massivo, o reconhecimento legal de suas especificidades; a formação de formadores e multiplicadores (atores da formação da Economia Solidária).
- A educação para economia solidária se orienta pelos princípios da educação popular por estar pautada “na formação de uma cidadania comprometida com um desenvolvimento fundado na justiça social” (ADAMS; STRECK, 2010, p. 119), por permitir a reflexão crítica e a construção da autonomia dos sujeitos em suas diversas dimensões e por valorizar todos os saberes, dando voz às-aos trabalhadoras-es. Visualizamos um Estado permeado pela sociedade civil, com demandas da sociedade. Um Estado forte, regulador e com controle social. Um Estado novo, que consiga regulamentar o privado e as relações da sociedade, que seja um poder fiscalizador, não como é hoje. Para isso precisaria de um novo marco regulatório entre as relações do Estado e sociedade, focado numa mudança estrutural.

Propostas da Plenária Temática para o eixo Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado

- Aprofundar o debate sobre qual Estado queremos construir, qual a relação Estado e autogestão? Pois, afirmamos uma sociedade autogestionária e, ao mesmo tempo, afirmamos a construção de um Estado forte.
- Fluxo de informação e comunicação;
- Apropriação de mídias alternativas;
- Articular as grandes bandeiras;
- Incorporar outros atores-atrizes para o fortalecimento do movimento de economia solidária.
- A desvinculação dos gestores públicos das coordenações dos fóruns como condição para afirmação do movimento social da economia solidária.

Economia popular

*Mas a comunidade tem sua riqueza
Que o sistema não permite aparecer
Tem as mulheres guerreiras
E muita sabedoria do fazer e saber
As habilidades manuais
E a arte na culinária
Suas organizações sociais
Estabelecidas em reuniões e plenárias
E para virar a página
Da negação da cidadania
É só descer o elevador
E entrar no território da burguesia
O submundo descrito
Com tantas histórias e cenas
É um paradoxo do complexo
Cantagalo-Pavão-Pavãozinho
E o famoso bairro da praia de Ipanema*

As produções regionais reafirmam

- Até quando “os ricos e privilegiados” nos serão apresentados a nós e aos nossos filhos como “um ideal a imitar”? Ainda que sejam muitas as alternativas de participação co-responsável na construção do “outro mundo possível”, uma presença junto aos mais excluídos e junto aos movimentos populares ainda é e seguirá sendo a fonte de um genuíno empoderamento dos outros movimentos emancipatórios.
- E em tempos de privatização de quase todos os campos de trabalho e de uma progressiva colonização empresarial até mesmo de unidades de financiamento de ações sociais, ambientais e outras, como iniciativas da sociedade civil, é cada vez mais desafiadora a solução do dilema de como colocar o exercício de nossas profissões a serviço das maiorias excluídas e, não, a serviço de minorias excludentes.
- A economia solidária é includente, pois se direciona aos grupos excluídos do sistema capitalista, valoriza o ser humano e é uma atividade econômica impossível de existir sem se preocupar com a geração de trabalho e renda.
- O trabalho cria um recorte de identidade comum e que pode se transformar numa consciência de classe. Essa consciência não vem naturalmente, deve ser construída. Falar em classe social e consciência de classe parece fora de moda, mas achamos fundamental para a compreensão dos desafios das lutas das/os trabalhadoras-es da economia solidária. É uma difícil discussão, mas que deve ser enfrentada. Se classe é um processo histórico, isso faz parte da nossa formação. Reivindicamos a luta de classes porque ela existe. E por isso precisamos pensar em como funciona o sistema capitalista e quais as estratégias e artimanhas do capital.
- Mas o que é a classe social? A classe social é um fazer-se. Ela acontece quando mulheres e homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.
- A classe é uma formação tanto econômica como cultural. “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: Nossa identidade de trabalhadoras-es economia solidária, como nossa identidade de classe se constrói a partir de nossas próprias experiências de produzir a vida associativamente, em solidariedade aos demais trabalhadoras-es do campo e da cidade (sejam eles assalariados fixos ou temporários, sejam elas trabalhadoras “por conta própria”).
- A relação da economia solidária com a economia popular e o empreendedorismo em estados do Norte é estreita, sendo um fator que agrega força ao movimento.

Propostas da Plenária Temática para o eixo Economia Popular

- Precisamos aprofundar o debate: Incorporar o segmento-economia popular na economia solidária seria estratégico no atual estágio de organização da economia solidária?
- Elaborar indicadores dos eixos destacados dos empreendimentos, território, redes, cadeias, relacionando com os eixos Sustentabilidade e Economia Popular.
- Aproximação da economia solidária com a economia popular através da formação política em parceria com as secretarias de Assistência Social.
- Aprofundar na organicidade do movimento de economia solidária.

“Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outros”. Sua solução, pois, não está em integrar-se, em incorporar-se a essa estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se seres para si.”

(FREIRE, 2011)

Sustentabilidade

“Que se pense o meio ambiente como um todo sustentável e que se respeite o processo natural na perspectiva de garantias de um ambiente saudável e de garantia da vida e da terra, respeitando e reconstruindo as relações com o meio ambiente, com a produção e manejo que não agrida a natureza, valorizando as experiências tradicionais e não poluentes. O respeito ao meio ambiente deverá garantir a mística de que o indivíduo se complementa no outro, que faz parte de um universo ambiental, no qual todo o ser deve ser respeitado, valorizado em sua essência plena.”

Carta descrita no Almanaque do Sudeste

As produções regionais reafirmam

- Economia solidária é uma opção de desenvolvimento sustentável, uma prática a partir dos valores da cooperação da solidariedade, da autogestão, do respeito à natureza e da valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Surgiu como uma oportunidade de trabalhar coletivamente para melhorar a qualidade de vida das pessoas e da comunidade.
- A economia solidária é uma prática que visa garantir as condições necessárias e essenciais à vida humana utilizando com consciência, equilíbrio e criatividade, os recursos naturais, no sentido de promover e exercer o entrelaçamento entre pessoas e grupos solidários, buscando uma formação permanente e contínua que inclua elementos e anseios de seus coparticipantes com vistas a uma sociedade de iguais com respeito à diversidade.
- Nossas escolhas não devem ser pensadas e vividas como uma ética dos bons propósitos. Devem ser vividas como disposições de escolhas de uma vida dirigida à participação em todo um projeto local, nacional e universal de criação de outras formas de se viver.
- A natureza se rebela; e nós, que também somos parte da mãe-natureza, também nos rebelamos. O movimento da economia solidária é um movimento que tem como objetivo se rebelar contra a exploração dos seres humanos, contra a apropriação privada e indevida da natureza que nos cerca. É um movimento que acredita que a felicidade não se realiza no “deus mercado”. A felicidade está na beleza da vida, na beleza da pessoas, na beleza da natureza-mãe. Queremos apenas ser felizes: saciar a fome, saciar a sede, saciar o desejo da arte e do amor.
- Estimulando processos de trabalho e práticas sócio-ambientais que respeitam, preservam e conservem a biodiversidade da flora e fauna, de forma sustentável, assim como dos demais elementos que compõem o ambiente, as práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmos, com a comunidade local, com a sociedade, com o planeta e com o universo.
- As máquinas e a matéria-prima utilizada pelo empreendimento para confeccionar os seus produtos ou realizar os seus serviços não podem comprometer a saúde das pessoas e a preservação e reprodução saudável dos recursos naturais, bem como, trazer prejuízo a dimensão socioeconômica, cultural e política.
- Grande desafio de criar escolas de formação política articuladas com os movimentos ambientalistas e sociais, com identidade amazônica proporcionando uma maior visibilidade dos povos da floresta.

- Formação em economia solidária pautada nos conceitos de sustentabilidade, que fomente a formação dos sujeitos para a sensibilização da conservação e preservação da floresta.
- Articular o conceito de sustentabilidade ao de economia solidária, pois em se tratando da Amazônia, se compreende formação como a floresta em pé.

Propostas da Plenária Temática para o eixo Sustentabilidade

- Elaborar o conceito de sustentabilidade do movimento em contraponto conceito usado pelo sistema capitalista.
 - Articular as diferentes dimensões (política, social, econômica, cultural e ambiental) na perspectiva de não mercantilizar a relação do trabalho e da natureza e da relação entre natureza e trabalho.
 - Valor trabalho com base na relação.
- Mobilizar ações sustentáveis através da prática: Prosumidoras-es organizadas-os.
- Fim da divisão sexual do trabalho no trabalho solidário.

“Amor, trabalho, e sabedoria são as fontes de nossa vida. Deviam também governá-la.”

Wilhem Reich

Educação popular, autogestão e territorialidade: elementos referenciais

“É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem [e mulheres] chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens [e mulheres] relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.” (FREIRE, 1980).

Nossa proposta político-pedagógica tem como base a ideia de que na sociedade todos somos educadoras-es e educandas-os e que a educação cumpre um papel preponderante de mediação nas mudanças sociais. A proposta está ancorada nas práticas e conceitos da educação popular que nos ensina “que é preciso semear dúvidas quanto às relações pedagógicas que, pseudamente neutras, vêm assegurando a dominação dos que “não sabem” pelos os que “sabem”. Também nos ensina que, sendo a educação um ato político, não podemos nos fiar em técnicas de ensino-aprendizagem e em receitas pedagógicas que, funcionando em nossas cabeças como um espécie de “fetiche da mercadoria”, poderiam ter o poder sobrenatural de redimir os seres humanos e, assim, resolver todos os males sociais” (TIRIBA, 2006, p. 1).

A nossa opção pela educação popular se explica pela adoção dos seus princípios e práticas (Nascimento, 2010, p.3):

- coloca a organização popular de base no centro mesmo da construção do projeto político alternativo.
- reconhece o ambiente onde se atua como espaço concreto e determinante das relações sociais, políticas e econômicas.
- destaca a importância da democracia na construção do novo projeto de sociedade.
- valoriza a cultura popular como fonte de identidade e força de um projeto popular nacional.
- reconhece a vida cotidiana e a experiência, como espaços de construção de uma nova sociedade.
- coloca em relevo a importância do papel do indivíduo e da subjetividade.

- assume os instrumentais da “sistematização” e da ‘pesquisa-ação’ como métodos estratégicos para reflexão sobre suas experiências.

A construção do conhecimento, nesta perspectiva se dá a partir da ação-reflexão-ação, a partir da prática vivida e refletida. Como afirmamos nas Oficinas Nacionais de Formação e na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, nossa ação pedagógica deve prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em economia solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos empreendimentos da economia solidária.

A sistematização das experiências da economia solidária é a ferramenta para a construção do conhecimento. (Nordeste) Já na Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária afirmamos que o principal produto da sistematização é o próprio conhecimento produzido coletivamente que se manifesta através de uma nova práxis, gerando avanços nos campos econômico, político-social e ético-cultural, através de:

- mudança de postura, hábitos e comportamentos,
- engajamento em lutas coletivas,
- qualificação da militância,
- avanço do processo das lutas sociais.

Sistematizar é o processo que se faz coletivamente para organizar saberes acumulados. É resgatar o real vivido dando significado a essa prática, narrando e interpretando, divulgando as experiências dos grupos, almejando a construção de processos coletivos de formação e consolidando redes, cadeias e trocas de vivências. O ponto de partida para a sistematização são os registros, relatos, documentos, imagens, memórias e outras fontes, que devem ser analisados de forma reflexiva, crítica e sistematizada. O exercício da sistematização das experiências da economia solidária é indispensável, assim como cruzar os dados do saber popular com o saber científico visando o fortalecimento e empoderamento dos grupos.

No processo de sistematização afirmamos a importância de:

- Considerar a intencionalidade política das ações realizadas na reflexão do grupo e da comunidade, identificando os desafios e perspectivas da realidade local.
- Desenvolver uma reflexão da prática pedagógica: ressignificando as ações por meio da reflexão e ao mesmo tempo construindo a gestão autogestionária do processo.
- Promover a organização popular autônoma e a incidência nas políticas públicas da economia solidária, da saúde, ação social, da educação, etc. nas esferas municipais, estaduais e federal.

Engajada com a emancipação das classes trabalhadoras, nossa prática educativa é feita coletivamente, no ir e vir na teoria e na prática cotidiana dos diferentes envolvidos-as na economia solidária.

Autogestão e Pedagogia

“A autogestão e a pedagogia da alternância tem valores na cooperação e na solidariedade.”

Acúmulos do movimento de economia solidária

A afirmação da educação em economia solidária estar vinculada à educação popular e à prática da autogestão, tendo como fundamento o território e num processo formativo em alternância, está

presente nas elaborações anteriores à Plenária Temática que produz estes elementos para o PPP. Assim, retomamos nossos acúmulos e, a seguir, apresentamos as contribuições à nossa prática em educação popular e economia solidária.

Nas Oficinas Nacionais e na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica definimos que a “educação em economia solidária é definida como uma 'construção social' que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.”

E, porque a Educação Popular é referência nos processos educativos em economia solidária?

Desde a primeira Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, definimos a educação popular como pressuposto da ação educativa em Economia Solidária. O texto da I Conferência Temática Nacional de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária, realizada em 2010, e resultado do acúmulo que diferentes momentos anteriores estabelecemos, que a educação em economia solidária:

- estabelece como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;
- promove o desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras;
- reconhece as experiências e os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos atos formativos autogestionários;
- valoriza os acúmulos, a diversidade e a pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ES. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em ES, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- tem a pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento;
- considera a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais populares

A partir do pressuposto da Educação Popular, na prática educativa nosso horizonte está em avançar no debate e vivência sobre a Pedagogia da Autogestão. Os documentos que refletem este acúmulo, encontramos como ideias força:

- Afirmação da gestão participativa das/os trabalhadoras/es envolvidas/os nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;
- Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos

processos de debate e reflexão. Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando cada vez mais trabalhadoras-es da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais.

Mas, como podemos avançar na construção da teoria e da prática da Pedagogia da Autogestão para ir para além da divisão de trabalho nos momentos formativos e inserir esta prática no cotidiano dos diferentes participantes do movimento de economia solidária? Que elementos podemos distinguir como fundamentais na construção da pedagogia da autogestão?

Neste sentido, precisamos nos descolar das diretrizes e estratégias clássicas ofertadas por certos organismos de formação para refletir o percurso formativo da educação em Economia Solidária.

São princípios do percurso formativo em economia solidária

a) O território como ponto de partida da imersão na realidade bem como da articulação do currículo: Isto significa que os temas da formação são organizados a partir das demandas de cada território.

b) A investigação como produção de conhecimento: A investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular à prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos formadores-educandos. Consiste na afirmação da indissociabilidade entre teoria e prática e um processo formativo que envolve formadores e comunidades, educadoras-es e empreendimentos, entre outros.

c) A alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa – comunidades, empreendimentos, territórios.

Isto se reflete na prática através:

- De uma orientação pedagógico-metodológica que valoriza as-os trabalhadoras-es da economia solidária como pessoas que possuem saberes e identidades socialmente construídas, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero.
- Do resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente educação das-os trabalhadoras-es com assessoria técnica. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais
- Do uso dos momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos da economia solidária converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão.
- Da formação continuada e permanente das-os educadores-as na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários.
- De uma estratégia metodológica que realize processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos empreendimentos da economia solidária.

- Da pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento.

Contribuições da Plenária Temática

Quem são as/os educadoras-es e educandos-as

“Como educador[a] preciso de ir lendo cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte”.
Freire (1999)

- Todas/os somos educadores e educandos: O que limita é não nos sentirmos como educadoras-es. Esta identidade precisa ser construída.
- Se educador-a é ser militante, atuante no processo do movimento.
- Ser educador-a compreende perceber qual educação quer o movimento e os empreendimentos.
- A/o educador-a popular é formado na “universidade” da vida.
- O intercâmbio é um instrumento muito importante nos processos de formação.
- As nossas formações precisam partir das práticas, dos empreendimentos e ter nos intercâmbios uma estratégia pedagógica.

Sistematização

- A sistematização é o caminho para buscarmos a produção do conhecimento e um dos tijolos da construção desse conhecimento;
- A sistematização como reflexão e amarrador da construção do conhecimento;
- Os espaços de trabalho associado são espaços de imersão para a prática da pedagogia da autogestão, o que exige de processos de sistematização destas experiências para construirmos conhecimentos sobre a prática pedagógica e sobre nosso projeto político.

Desafios

- Nos colocamos como educadoras-es, mas ainda temos como referência o-a professor-a como educador-a.
- Que identidade precisamos construir: Articuladores-as e/ou educadores-as?
- Avançar na pedagogia da autogestão nos espaços dos EES, nos espaços de decisão política do FBES e nos territórios.
- Afirmamos a autogestão, logo a autogestão precisa estar presente em nossas práticas.
- Queremos transformar a sociedade por dentro da cultura dominante. A formação cultural que carregamos reproduz a cultura dominante.
- Superar o imediatismo e o ativismo: precisamos buscar estratégias para garantir a produção e reprodução da vida ao mesmo tempo que temos que refletir sobre a nossa prática.
- Garantir os espaços educativos ao mesmo tempo em que temos o desafio da produção e reprodução da vida por meio do trabalho nos empreendimentos.
- Economia Solidária refém de políticas públicas: Há empreendimentos e organizações de

assessoria que estão neste contexto. Precisamos tensionar o Estado para construir outras formas de gestão social e democráticas.

- Afirmamos a autonomia e ao mesmo tempo falamos no Estado como indutor dos processos: A autogestão é para além dos empreendimentos, para toda a sociedade.

Espaços educativos

Acúmulos do movimento de economia solidária

Não relatado.

Contribuições da Plenária Temática

- Avançar na ação educativa popular em economia solidária nos espaços formal, a não-formal e a informal.
- A educação para a economia solidária precisa acontecer desde o nascimento, enquanto mudança cultural.
- É preciso transformar todos os espaços em espaço de educação.

Avanços

- Educação formal: Cursos de especialização em economia solidária, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) há experiências de inclusão da economia solidária no currículo, formação do Ministério da Educação (MEC) para professores da EJA e elaboração de materiais pedagógicos específicos, Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), pesquisas sobre a economia solidária.
 - Possibilidades de incidência: Ações do MEC (PRONATER, EJA, Programa Mulheres Mil; Programas de Educação Integral-Escola Aberta; PROJOVEM e PRONACAMPO.
- Educação não-formal: CFES, Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, Rede de Bancos Comunitários e Articulação dos Fundos Solidários, Rede de Educação Cidadã.

Desafios

- Necessidade da formação continuada nos diferentes espaços educativos em consciência e o consumo.
- Nos processo de alternância nos espaços não-formais, como CFES, o retorno por vezes não acontece.
- Superar as práticas de educação bancária nos diferentes na educação formal e não-formal.
- Nas ações educativas formais, não-formais e informais, promover o aumento da escolarização das/os trabalhadoras-es.
- Inserção da temática da economia solidária nos Parâmetros Curriculares Nacionais de forma transversal.

Formação e assessoria técnica

Acúmulos do movimento de economia solidária

Desde a I Plenária Nacional da Economia Solidária que os temas formação e assessoria técnica estão como prioridade de ação voltada para os empreendimentos. A Plenária Temática traz que estes dois processos são necessários nos diferentes espaços da economia solidária: empreendimentos, entidades de assessoria e gestão pública.

A construção da concepção de que formação e assessoria técnica compõem a educação em economia solidária ocorre na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, onde se afirma que:

“A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.”

Na IV Plenária, as orientações para o eixo Formação indicam que:

- As práticas formativas em economia solidária devem estar articuladas em nível local, regional, territorial e nacional, promovendo o acesso a novas tecnologias com vistas a favorecer o aprimoramento dos sistemas produtivos, baseados nos princípios do conhecimento livre e da democratização da informação.
- A assessoria técnica deve promover autonomia e emancipação do-a trabalhador-a com vista a superar o trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho, fortalecendo cada vez mais suas identidades e incluindo o aumento da escolarização dos-as trabalhadores-as em todos os níveis.

A educação em economia solidária exercita a educação popular, processos de alternância, a prática da autogestão e deve considerar as diversidades do movimento. Neste sentido, a Carta de Princípios orienta:

- Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.
- Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

Com diferentes estratégias, o movimento afirma a necessidade de espaços educativos voltadas para formação e assessoria técnica. Na I Plenária, afirmou-se a necessidade de Centros de Referências Públicos onde se assegure formação, capacitação e assessoria técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária, como forma de sensibilizar trabalhadores-as desempregadas-os para alternativas de trabalho coletivas. Ao mesmo tempo que sejam espaços de informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário e formas de geri-lo de forma coletiva e democrática, estudos de viabilidade econômica e planejamento, superando as dificuldades das-os trabalhadoras-es se

apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados, etc.

A garantia de políticas públicas voltadas para formação e assessoria técnica está na pauta do movimento de economia solidária, que na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica consolidou a proposta de implantação de núcleos e redes de assessoria técnica e tecnológica, gerencial, jurídica, contábil, formação sociopolítica e comunicacional, no acompanhamento permanente aos empreendimentos econômicos solidários nas áreas rurais e urbanas, fomentando e assessorando sua criação, formalização e funcionamento. Neste sentido, a criação e/ou reestruturação das incubadoras populares tecnológicas de economia solidária são também espaços de apoio na formação e assessoria técnica aos empreendimentos da economia solidária. A constituição e manutenção destes espaços pressupõe a formação continuada e permanente dos educadores-as na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos. A tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojeto ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação.

Os temas e conteúdos a serem desenvolvidos nas atividades de formação e assessoria devem partir da realidade territorial, sendo construídos junto com os-as envolvidos. As Oficinas Nacionais como a Conferência Temática fornecem indicativos de eixos a serem desenvolvidos em educação para a economia solidária.

Contribuições da Plenária Temática

- A educação deve abarcar formação e assessoria técnica de forma a politizar a compreensão da assessoria como uma construção que se dá entre aquelas-es que participam do processo.
- Assistência é diferente de assessoria: Assessoria possui caráter técnico e político.
- Há problemas recorrentes quanto a ferramentas e conteúdos utilizados nos processos formativos e de assessoria, pois não adequados a realidade dos empreendimentos: As ferramentas precisam ser desenvolvidas e aprimoradas.
- É preciso ressignificar a compreensão de técnica, de tecnologia e conhecimento de formar a avançar na compreensão de que a técnica é imbuída de um processo histórico que responde a demandas estruturais e que a economia solidária precisa recriá-la dando-lhe novo significado.
- A tecnologia social precisa estar incorporada aos territórios e partir deles.

Desafios

- A formação e assessoria técnica serem voltadas para a construção da autonomia, superando a dependência que por vezes é gerada.
- Ampliação das ações de formação e assessoria técnica, pois muitos empreendimentos estão se desfazendo por não ter acesso para aprimorar a gestão, produção e comercialização.
- Articular, integrar e dialogar: Rede de Educadoras-es e o Grupo de Trabalho de Educação e Cultura do FBES.
- Incidir para a criação do Programa Nacional de Assessoria Técnica, uma bandeira da IV Plenária Nacional.
- Criar uma Escola Nacional de Formação para a Economia Solidária: sem muros, uma escola

de ideias e de pensamento e que cada local possa adequá-la de acordo com a sua realidade;

- Desenvolver novas políticas para educação: linhas de apoio educacional ao movimento a exemplo do PRONERA.

Identidade, cultura e expressões da solidariedade

Acúmulos do movimento

Na preparação para a IV Plenária, o Caderno de Aprofundamento aos Debates trazia que cultura autogestionária quer dizer reconhecimento e convivência com a diversidade de expressões humanas, que juntas, constroem uma nova sociedade. Ela elabora metodologias que privilegiam a diversidade de linguagens (seja gestos, danças, música, novos termos, glossário para facilitar a compreensão), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos. Fazer educação para economia solidária e para autogestão significa desconstruir a cultura “neoliberal” para construir outra sociedade, com novas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica reconhecemos que de maneira mais geral os avanços da economia solidária foram insuficientes para que ela passasse a ser reconhecida pelas camadas populares, trabalhadoras-es e suas organizações como uma alternativa efetiva de enfrentamento do *status quo*. A experiência da economia solidária não conseguiu ainda impactar de maneira mais geral sobre a cultura política individualista e competitiva. Por outro lado, na I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, já sinalizamos que os processos educativos devem trabalhar a ansiedade dos grupos considerando que a temporalidade sociocultural é diferente da temporalidade financeira ou da transformação social. Nesta mesma atividade, consideramos que o processo de construção da cultura da solidariedade requer espaços sociais em que a formação deve ser construída de forma lúdica e prazerosa. A descoberta do mundo pela atividade de transformação da natureza e pelos sentidos que se dá a este mundo e as relações humano sociais são partes integrantes do processo formativo dos participantes da economia solidária. Que a construção coletiva de conhecimento requer a produção social da mística de solidariedade e autogestão como símbolos, trocas e sinergia positiva em diferentes momentos do processo educativo. Nossas expressões de solidariedade e bem-viver/ mística podem ser reconhecidas na ciranda, na troca de produtos, cuidados e saberes, no fortalecimento da amizade, na simbologia dos produtos, fruto do trabalho humano e em símbolos e gestos humanos que universalizam sentidos de vida.

Contribuições da Plenária Temática

- A definição de território, em muitos projetos governamentais chamados de territórios de identidade. Mas, qual a identidade? É preciso ir além das definições pelo governo e pelo IBGE.
- Cada comunidade possui a sua cultura, os seu ritos, as suas músicas e o seu modo de viver. Não pode haver nivelamento, pois temos que respeitar as diferenças. Cada um tem seu ritmo de desenvolvimento, ou de não desenvolver se essa for a opção. Muitos locais não desejam abraçar os grandes projetos, que levam ao mesmo tempo desestruturação, prostituição e violência. As políticas públicas sempre alteram dada realidade.
- O Estado, a partir da Constituição de 1988 reconhece a diversidade e todo o movimento cultural está baseado nesta garantia.

Desafios

- Aprofundar a compreensão dos conceitos de identidade, cultura e bem-viver a partir do

ponto de vista do território.

- Existem várias definições do que seja cultura: Junto aos povos tradicionais, há uma forma de viver e estética para o fazer. Por outro lado, o capitalismo possui por essência transformar tudo em mercadoria.
- A questão de gênero precisa estar presente neste debate, num olhar transversal sobre cultura, raça/ etnia, classe.
- Dialogar mais com as experiências de cultura existentes, dialogar com demais movimentos que já possuem acúmulo na temática: o movimento negro, a cultura digital, dentre outros.
- A relação entre cultura e economia solidária pode se dar pela produção. Esta perspectiva se articula com as tecnologias sociais, no resgate de tradições e o seu próprio modo de fazer.
- Cultura é algo dinâmico: não existe algo puro e temos que tomar o cuidado com as perspectivas preservadoras.
- Toda ação humana é cultural.
- A cultura que defendemos deve ser pensada a partir da autogestão, do trabalho associado e a perspectiva precisa possuir como fonte a educação freiriana.
- Desafio de construir uma identidade cultural a partir da nossa diversidade:
 - Construir nossos símbolos e se reconhecer nestes.
 - Identidade é algo ampla e envolve de classe, raça/etnia.
 - Nossa identidade será construída a partir do local e do território.
 - O pesquisador Manuel Castel fala de três tipos de identidade: a) a tradicional, encontrado em qualquer lugar, espaço, região que diz respeito às manifestações locais e expressões tradicionais, que passam de geração para geração; b) a de resistência, onde se encaixaria a economia solidária, aquela gestada dentro do sistema capitalista, mas que resiste, ao falar em autogestão e negar a carteira assinada; c) a de projeto, aquela que elabora um projeto de sociedade. A economia solidária parece que estaria entre a identidade de resistência e de projeto, suas as expressões seriam de solidariedade, autogestão, relação horizontalidade, de trocas de saberes e que precisa dialogar com a diversidade.
- Expressões de solidariedade e bem-viver/ mística: incorporar os elementos das manifestações populares para além do campo religioso, como Teatro do Oprimido, a Dança Circular.
 - No geral, há um certo preconceito no movimento às místicas, em muitos casos por está relacionada apenas as questões religiosas.
 - Expressões de solidariedade e bem-viver/ mística precisam estar articuladas aos temas, em diálogo com as culturas tradicionais e locais.
- Articulação entre educação e cultura: nos processos educacionais inserir os aspectos culturais e, nas manifestações culturais, reforçar os valores e princípios que defendemos.
- Avançar no aprendizado e uso da comunicação e as formas de comunicação.
- Aproximar-nos do movimento Recurso Educacional Aberto – REA: música livre, livros didáticos regionais.
- Contribuir para a pesquisa e o resgate da cultura tradicional, por exemplo pesquisar o

turismo étnico e Arranjo Produtivo Local - APL voltado para a música, a arte, dentre outros.

- Apropriar-se das discussões sobre propriedade intelectual, assim como o acesso à Banda Larga, dentre outros temas.

Unindo sonhos e vida na força da ação: Elementos operacionais

Para darmos conta das proposições e elaborações destes elementos para o PPP, cada região discutiu propostas de referência para sua ação em economia solidária. Neste debate, o Sudeste apresentou a proposta de consolidação da Rede Nacional de Educadores-as da Economia Solidária. A proposta de criação de uma Rede Nacional surge em 2005, na I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, ao indicar que caberá ao FBES fomentar o processo de consolidação, tendo a Rede o papel de preparar programas de educação e discutir prioridades na implementação destes programas. Durante a II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, em 2007, esta proposta é retomada ao afirmar a importância de fortalecer a constituição e apoio à Rede Nacional Educadores-as em Economia Solidária.

Cada Região está com diferentes processos de articulação, sendo que no Sudeste e o Centro-Oeste a Rede avançou, tendo elaborado referenciais de ação.

A criação da Rede Nacional de Educadores-as da Economia Solidária está em processo e sua consolidação coloca-se como um desafio que o movimento precisa dar continuidade.

As proposições que seguem são indicativos regionais e sinalização para processos de articulação e ações nacionais. A V Plenária Nacional de Economia Solidária deverá dar as orientações para a operacionalização do PPP a partir das prioridades de ações que o movimento definir.

Nordeste

Acesso dos empreendimentos, entidades e gestão pública à formação e assessoria técnica

Articulação das/os educadoras-as

Formação de educadoras-es

Os elementos operacionais estão em elaboração na região. Destaca-se o trecho abaixo da discussão realizada na Plenária pela região.

Importante ressaltar

- A importância do diálogo permanente do coletivo com os fóruns de economia solidária;
 - Pedagogia do movimento - expectativa de aprender com professoras/es e de repente experimentou um processo de construção coletiva do conhecimento;
 - Cursos como espaço de multiplicação de multiplicadores;
 - Reforçar a busca de elaboração coletivas do conhecimento e não a perspectiva instrumental da compreensão dos espaços de formação, como os instrumentos, as apostilas e manuais;
 - É preciso reforçar o compromisso dos educadores/as, assim como discussão de que o movimento ainda está acumulando em sua formulação nos diversos aspectos da

educação.

Norte

Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- Foi realizado um mapeamento para a inserção dos empreendimentos aos núcleos.
- Fazer o levantamento do que se tem de atividades a serem realizadas e quais as demandas.
- Trabalho conjunto entre o fórum e os projetos.

Formação de educadoras-es

- Necessidade de continuidade da elaboração sobre o tema.
- Para se educador-a a perspectiva militante é fundamental.
- A formação de educadores-as deve partir das discussões do fórum, que se observa como uma verdadeira escola de formação em economia solidária.
- A metodologia deve perpassar por momentos presenciais de participação, alternância, imersão, troca de saberes. A partir desses momentos emergem as demandas para as futuras tecnologias sociais.
- Necessidade de haver uma ferramenta que possibilite as pessoas a saberem que existe um coletivo de educadores-as.
- Cada coletivo de educadores-as local precisa saber quais as demandas existentes em seu local.
- Os projetos são ferramentas a serem utilizadas junto as incubadoras e aos fóruns.
- A ES precisa estar presente na educação formal desde o ensino fundamental. Uma das pautas, é a articulação com a Secretaria Estadual de Educação.

Articulação das-os educadores-as

- Os fóruns precisam se abrir para agregar mais pessoas e nesse processo há conflitos.
- A Rede de educadores-as deve estar dentro do Fórum e com o GT coordenando.
 - Não foi constituída uma Rede no Norte: CFES ajudou um pouco, existe um coletivo mais ou menos constituído.
 - O projeto CFES começou equivocado: marcado por um pensamento cartesiano, com percurso definido, carga horária, metas, etc.
 - Preocupação de que a criação de uma Rede de Educadoras-es venha a se tornar paralela aos fóruns, levando a disputas por espaços políticos.
 - Inserir na Rede os-as técnicas-os e gestores-as.
 - Importante agregar quem esteja interessado em difundir a economia solidária, mas é preciso que haja critérios.
 - A partir da identidade é que os criar os critérios para a participação na rede deverão ser formulados.
 - Articulação com outros projetos e outros programas, com o projeto CFES ou sem o

projeto CFES.

- Articulação com a SRTE.
- Além do grupo de estudo, deveria ser criado uma Escola de Formação para a economia solidária.
- As vivência nos espaços dos Fóruns precisam ser valorizados, pois trata-se de uma vivência que gera aprendizado.
- A formação tem que ser com os empreendimentos.
- A falta de sucesso econômico compromete o empreendimento e derruba as formações.

Sudeste

Acesso dos empreendimentos, entidades e gestão pública à formação e assessoria técnica

- Inclusão da demanda dos empreendimentos nos projetos elaborados pelas entidades.
- Garantir a assessoria técnica junto com a formação política: Fazer intercâmbios entre entidades e empreendimentos para a questão da assessoria e também oficinas conjuntas e estágios de pessoas nas entidades.
- Fazer um mapeamento da demanda e da oferta: Ajudar a articular com parceiros as demandas de formações específicas.
- Aprimorar as tecnologias existentes, inclusive por meio das universidades e outras estruturas públicas e privadas: Demanda forte dos empreendimentos para melhorar o seu trabalho e ter mais acesso ao mercado.
- Contribuir para desenvolver e propagar tecnologias sociais, potencializar os empreendimentos com linguagens adequadas, considerando as sistematizações realizadas pela Rede de Educadores-as.
- Buscar ferramentas de gestão de empreendimentos já existentes: Há empreendimentos que desenvolveram ferramentas de gestão voltado às suas necessidades e para aquelas necessidades para as quais não existe ainda ferramentas, definir estratégia para desenvolver novas ferramentas necessárias.
- Ter um Projeto Político-Pedagógico de referência para os-as educadores-as da Região Sudeste.

Formação de educadoras-es

- Fortalecer a formação de educadores-as, a partir do planejamento e execução de atividades de formação política e multiplicação de educadores-as, de forma prática, inovadora, contínua e integrada.
- Elaborar subsídios e materiais pedagógicos para atividades formativas.
- Articular e fortalecer grupos de educadores-as locais, regional, estadual, nacional.
- Difundir os saberes, práticas e experiências para a promoção do conhecimento.
- Difundir e resguardar os princípios da economia solidária.
- Promover e incentivar a sistematização de experiências em economia solidária e a

construção coletiva de conhecimento.

- Contribuir para a construção de um projeto popular para o Brasil, articulando com os movimentos sociais e envolvendo a sociedade como um todo.
- A Rede de Educadores-as constituir-se como referência na formação em economia solidária.

Percursos

- A partir da experiência do CFES SE, do que já foi feito e está sistematizado nas publicações do projeto.
- Discutir com a Rede de Educadores-as a continuidade: Encontro do Sudeste, em Minas Gerais de 20 a 22 de julho de 2012.

Ferramentas

- Criar GT de comunicação interna e externa: preparar um material de apresentação da Rede de Educadores-as.
- Fazer um plano de ação para ser implementado pela Rede de Educadores-as.

Articulação dos-as educadores-as

Rede de Educadores-as do Sudeste

- Reconhecimento e priorização das-as educadores-as Rede para as atividades formativas de Economia Solidária.
- Responsáveis pela comunicação em cada estado: SP – Denis, RJ - Olinéia, MG – a definir, ES – Tide.
- Criar e-grupos através do Cirandas, contemplando todos-as educadores-as do Sudeste, indicando suas respectivas habilidades; e utilizar o Cirandas como um dos meios de comunicação da Rede para mapear as-os educadoras-es inseridos na Rede;
- Atuar a partir de coletivos: GTs Temáticos.
 - Autogestão
 - Sustentabilidade: produção, comercialização, comércio justo e logística solidária
 - Consumo consciente
 - Marco Legal
 - Educação popular
 - Finanças Solidárias: bancos comunitários, fundos e cooperativismo de crédito
 - Sistematização
 - PPP
 - Gênero
 - Raça/etnia

- Estimular a conexão entre Redes da Economia Solidária: Identificar e articular as ações fragmentadas de formação em Economia Solidária.
- Superar a lacuna em torno da articulação política da Rede.
- Estruturar ou criar as redes estaduais de educadoras-es.
- Comunicação: Criar logomarca para a Rede, produzir informativo eletrônico para ser distribuído para aquelas-es educadores-as com dificuldades de acesso à internet, alimentar o cirandas.net constantemente sobre ações formativas/informativas dos educadores e educadoras da Rede, fazer conferências virtuais periodicamente.
- Promover encontros presenciais periodicamente.
- Distribuir o Almanaque/PPP prioritariamente para os membros da Rede Sudeste.
- Apresentar o projeto da Rede nos espaços de atuação das-os educadoras-es.
- Constituir um grupo articulador/animador da Rede na Região Sudeste a partir dos-as animadores-as estaduais.
- Elaborar projetos para financiamento de ações formativas.
- Reivindicar parceria na elaboração dos editais governamentais de formação em Economia Solidária.
- Articular com o governo federal para que editais de formação em Economia Solidária tenham na Rede um importante articulador.
- Incidir junto aos estados contemplados nos editais da SENAES e outros projetos sobre a possibilidade de inserir a Rede de Educadores-as.

Participantes e coordenação

- Debater a relação do GT de Educação e Cultura do FBES com a Rede de Educadores-as para que as relações não sejam “truncadas”. Esta coordenação não precisa ter o papel de coordenar, mas sim de mobilizar e articular ações da Rede.
 - GT de Educação e Cultura do FBES: funcionar junto com a Rede, não pode haver 2 estruturas/grupos separados.
- Rede descentralizada: municipal, regional, estadual e nacional.
- Rede horizontal e colegiada, tendo a organização da Rede Comissões Temáticas.
- Organização:
 - GT Educação e Cultura – FBES e Rede Nacional de Educadores e Educadoras
 - Rede Regional Sudeste: animada por representantes estaduais
 - Coletivos Estaduais: ponte entre o estado e o CFES-SE
 - Coletivos locais e territoriais: em fase de organização

Composição

- Militantes do movimento de economia solidária que atuam com educação, organizados em coletivos que trabalhem com a temática e/ou fóruns de Economia Solidária.

Relação com o fórum e com outros movimentos

- Fortalecer os fóruns como estrutura de organização e formação do movimento da economia solidária.
- A Rede deve integrar-se aos fóruns: municipais, regionais, estaduais e brasileiro.
- Articular as ações de formação com o movimento social, ONGs, poder público, igrejas, universidades.

Sustentabilidade

- Existe um Fundo da Rede do Sudeste com o recurso da remuneração de relatório de uma atividade do CFES: Necessidade de criar formas de ampliar e manter este fundo.
- Buscar recursos públicos e privados para financiamento das ações da Rede, através de projetos.
- Estabelecer parcerias com universidades, poder público e ONGs.
- Pleitear política pública de constituição de fundos para a formação em economia solidária.
- Criação de um fundo regional pelos membros da rede.
- Buscar garantir fundos solidários para formação.

Ações fundamentadas no território: movimento e políticas públicas (incidência, controle, social e implementação)

- Não houve tempo de aprofundamento deste debate.

Questões do debate

- Possibilidade de incidência em editais públicos:
 - A Rede fará este movimento de articulação política?
 - A estratégia depende das alianças políticas existentes.
 - Quem são as entidades que vão acessar estes recursos?
 - A rede vai ter poder de influência sobre isso?

Centro-Oeste

Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- A formação na região Centro-oeste acontece de várias formas: pelo CFES, ações dos Bancos Comunitários, dos Fundos Solidários;
- Há um grande numero de empreendimentos, mas é difícil atingir todos;
- A ATER na região não acontece na perspectiva de economia solidaria e muitas assessorias são pontuais;

- Outros espaços de formação existentes: a Recid (formação política), a Central de de Comercialização, que também faz formação, as incubadoras, como a Católica e a UNB (DF) e a Católica de Goiás, além das universidades UEMS, UFMS e a UNEMT.

Formação de educadoras-es

- Percurso formativo: retomamos o trabalho feito ano passado, tendo o território como espaço de trabalho.
- Ferramentas: rede e outras estratégias.

Articulação das-os educadores-as

- A Rede de Educadores-as da Economia Solidária do Centro-Oeste seria para além dos fóruns de economia solidária: para educadores-as que já estão articulados-sa como no Fórum EJA.
- A Gestão da Rede será colegiada com a pedagogia da autogestão em todas as dimensões do trabalho.
- Desde 2011 existe uma Carta de Princípios da Rede.

Sul

Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

Formação de educadoras-es

Articulação das-os educadores-as

Os elementos operacionais estão em elaboração na região.

Documentos referenciais

Documentos elaborados pelo projeto Centros de Formação em Economia Solidária:

- Almanaque Práticas Educativas da Economia Solidária - Sudeste
- PPP do Centro-Oeste
- PPP CFES Nordeste
- Contribuições CFES-Sul ao Projeto Político-Pedagógico Participativo da Economia Solidária
- Documento Construção Coletiva dos Referenciais Teóricos Metodológicos da Formação em e para a Economia Solidária da Região Norte

Documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

- Relatórios das Plenárias Nacionais de Economia Solidária: I, III e IV
- Caderno de Aprofundamento aos debates da IV Plenária Nacional de ES
- Documento de Orientação aos Debates da V Plenária Nacional de ES
- Relatórios das Oficinas Nacionais de Formação em Economia Solidária

Anais da Conferência de Cultura e Economia Solidária

Resolução do Comitê Temático de Formação e Assessoria Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária

Outros textos

ADAMS, Telmo; STRECK, D. R. Educação Popular e novas tecnologias. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 119-127, maio/ago, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. Organização do trabalho na escola: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1994.

NASCIMENTO, Claudio. Paixões Pedagógicas: em busca do fio da meada. Mimeo, 2010.

PRAXEDES, Sandra Faé. Política Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Economia Solidária e Políticas Públicas**. Brasília (DF), IPEA, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p.77-116.

TIRIBA, Lia.... 2006. (texto Nordeste)